

O REINADO DE DEUS COMO ASSUNTO DA TEOLOGIA CRISTÃ

*Prof. Dr. Pe. Francisco de Aquino Paulino**

Resumo: Este artigo se confronta com um dos problemas mais fundamentais e mais complexos do processo de conhecimento teológico: a determinação e a formulação adequadas do assunto ou do “âmbito de realidade” da teologia cristã. Afinal, o modo de conhecer uma realidade e pelo modo como ela se deixa entender. Nossa pretensão é mostrar como o reinado de Deus, centro da vida e missão de Jesus de Nazaré, se apresenta como a realidade e o conceito mais abrangentes, mais fecundos e mais adequados para explicitar o assunto da teologia cristã, isto é, aquilo de que trata ou com que se ocupa a teologia cristã, enquanto atividade estritamente intelectual.

Palavras-chave: Reinado de Deus, assunto da teologia, método teológico.

Abstract: This article compares with one of the more fundamental and complex problems of the process of theological knowledge: the adequate determination and formulation of the theme or the “bounds of reality” of Christian theology. In a word, the way of knowing any reality is determined in good extent by the constitution of this reality and by the way how it let to understand. Our intention is to show how the kingdom of God, center of Jesus of Nazareth’s life and mission, presents as the more including, fecund and adequate reality and concept for explain the theme of Christian theology, that’s to say, that what treats or occupies the Christian theology, while strictly intellectual activity.

keywords: Kingdom of God; theme of theology; theological method.

O reinado de Deus pode ser abordado sob diferentes pontos de vistas. Pode ser abordado do ponto de vista bíblico, procurando identificar as raízes dessa expressão e o seu conteúdo através dos diferentes usos e sentidos na Sagrada Escritura (político, profético, apocalíptico, sapiencial, litúrgico, evangélico, paulino etc.). Pode ser abordado do ponto de vista dogmático, explicitando sua importância e centralidade na cristologia, no discurso cristão sobre Deus, na eclesiologia, nos sacramentos, na antropologia teológica, na moral, na pastoral etc. Pode ser abordado do ponto de vista histórico-pastoral, seja analisando as diferentes compreensões e identifi-

cações de sua realização ao longo dos séculos, seja discernindo os sinais de sua presença em nossa realidade atual, seja ainda confrontando-se criticamente com suas possíveis ideologizações no passado e no presente. Tudo isso é legítimo, importante e necessário para o desenvolvimento de uma teologia autenticamente cristã. Mas nossa abordagem do reinado de Deus, supondo e apoiando-se de alguma forma nestas deferentes abordagens, situa-se numa outra perspectiva, não contrária, mas distinta de todas estas.

Ele será abordado, aqui, numa perspectiva sistemático-epistemológica, como o assunto¹ da teologia cristã, aquilo de que trata ou com que se ocupa a teologia cristã, enquanto atividade estritamente intelectual, ou seja, como o “âmbito de realidade”² a ser inteligido pela teologia cristã. Nossa pretensão é mostrar como o reinado de Deus se apresenta como a realidade e o conceito mais abrangentes, mais fecundos e mais adequados para explicitar o assunto da teologia cristã, tanto na pluralidade de seus elementos, aspectos ou dimensões, quanto em sua unidade estrutural. Daí o caráter sistemático e epistemológico de nossa abordagem. *Sistemático*, na medida em que se trata de uma totalidade constituída por uma pluralidade de notas, dimensões, aspectos ou elementos coerentemente articulados ou estruturados³. *Epistemológico*, na medida em que trata de um aspecto fundamental e decisivo no conhecimento teológico: a determinação da realidade a ser conhecida. Afinal, o modo de

¹ A expressão *assunto* é tomada, aqui, não no sentido convencional idealista (de idéia, tema, conceito) em contraposição ou oposição a um sentido realista (de real, realidade), como faz Clodovis Boff seguindo a concepção althusseriana de “prática teórica” (Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria e prática: Teologia do político e suas mediações*. Petrópolis: Vozes, 1993, 144-150; IDEM. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: Vozes, 1998, 56-58), mas no sentido estritamente etimológico da expressão: de *assumptus* (assumido, tomado, ingerido, recebido), de *assumere* (tomar, receber, ingerir, assumir, adotar).

² ELLACURÍA, Ignacio. “Hacia una fundamentación del método teológico latinoamericano”, in *Escritos Teológicos I*. San Salvador: UCA, 2000, 187-218, aqui 212. “Por âmbito de realidade, entendemos, aqui, não um objeto ou uma série de objetos, mas a totalidade concreta e histórica com que uma determinada atividade [intelectiva, no caso a teologia] se enfrenta” (*Ibidem*).

³ A propósito dos conceitos “sistema” e “estrutura”, cf. ZUBIRI, Xavier. *Sobre la esencia*. Madrid: Alianza, 1985, 143-174; IDEM. *Estructura dinámica de la realidad*. Madrid: Alianza, 2006, 31-39; ELLACURIA, Ignacio. “La idea de estructura en la filosofía de Zubiri”, in *Escritos Filosóficos II*. San Salvador: UCA, 1999, 445-513. “Em uma estrutura ou em um sistema, cada uma das notas está, por si mesma, vinculada constitutivamente às demais, ou seja, nenhuma das notas por si mesma já é real, mas somente na unidade com o resto é real [...]. Em um sistema, cada uma das notas já não é nota sem mais, mas é ‘nota de’ todo o sistema. Não se trata de que haja um sistema e logo venham as notas tomar parte nele, mas são as notas mesmas, em sua vinculação estrutural, as que constituem o sistema” (GONZÁLEZ, Antonio. *Introducción a la práctica de la filosofía: Texto de iniciación*. San Salvador: UCA, 2005, 154).

conhecer uma realidade qualquer está determinado em grande parte pela constituição dessa realidade e pelo modo como ela se deixa apreender intelectivamente.

Para isso, confrontar-nos-emos com a problemática da determinação do assunto ou do “âmbito de realidade” da teologia cristã (I) e de sua adequada formulação (II) e explicitaremos o caráter sistemático e epistemológico de nossa abordagem (III).

I – A Problemática do Assunto da Teologia Cristã

Uma das questões mais decisivas e fundamentais em qualquer área de conhecimento é a determinação da realidade a ser conhecida. E não só pelo fato de que sem algum nível de saber dessa realidade não se pode avançar no seu conhecimento, mas, mais radicalmente, porque o próprio processo de conhecimento está em grande parte condicionado pela realidade a ser conhecida.

É verdade que a determinação da realidade a ser conhecida é uma atividade intelectual e enquanto tal supõe uma concepção do processo de conhecimento mais ou menos elaborada. Depois de Kant não se pode mais falar da realidade “em si”, prescindindo das “condições de possibilidades” de seu conhecimento. Mas também é verdade que o próprio processo de conhecimento é condicionado em boa medida pela realidade a ser conhecida: o conhecimento de uma realidade puramente biológica é distinto do conhecimento de uma realidade pessoal; o conhecimento de uma realidade puramente espiritual, se é que é possível, é distinto do conhecimento de uma realidade histórica, por mais espiritual que seja e assim por diante. De modo que tampouco se pode falar, criticamente, das “condições de possibilidades” do conhecimento sem falar da realidade a ser conhecida. É tão ingênuo falar da realidade “em si”, independentemente de seu conhecimento (realismo ingênuo), quanto falar das “condições de possibilidades” do conhecimento, independentemente da realidade a ser conhecida (idealismo e subjetivismo ingênuos). Como bem afirma Xavier Zubiri, “o saber e a realidade são em sua própria raiz estrita e rigorosamente congêneres. Não há prioridade de um sobre o outro”⁴. Se, por um lado, “a investigação sobre a realidade precisa lançar mão de alguma concepção do que seja saber”, por outro lado, “não se pode levar a cabo [...] uma investigação acerca das possibilidades de saber sem apelar a alguma

⁴ ZUBIRI, Xavier. *Inteligencia sentiente: inteligencia y realidad*. Madrid: Alianza, 2005, 10.

conceituação da realidade”⁵. Noutras palavras, realidade e saber se implicam e se condicionam mutuamente: a determinação da realidade a ser conhecida é uma atividade intelectual e o exercício dessa atividade intelectual está determinado em boa medida pela configuração da realidade que se busca conhecer e, conseqüentemente, pelo modo como ela se deixa apreender.

Tendo presente essa congneridade de saber e realidade, pode-se, evidentemente, investigar de modo crítico tanto a realidade a ser conhecida por uma determinada ciência (seu assunto ou “âmbito de realidade”), quanto o processo de conhecimento dessa realidade (atividade intelectual). Aqui, restringir-nos-emos à problemática da determinação da realidade a ser inteligida pela teologia cristã.

Mas, se a determinação do “âmbito de realidade” de ciências como a sociologia, a economia, a psicologia, a antropologia etc é algo profundamente complexo, dadas a diversidade de concepção acerca de cada um deles e a dificuldade de demarcar fronteiras entre eles, muito mais complexo é a determinação do “âmbito de realidade” da teologia cristã.

Primeiro, pela ambiguidade e equivocidade da expressão *teo-logia*, tanto no que diz respeito à realidade em questão (*théos*), quanto no que diz respeito a seu processo de intelecção (*logos*). Mas aqui interessa-nos apenas a primeira questão: *Deus* como assunto da teologia cristã. E o que seja essa realidade é tudo, menos evidente. Há concepções tão distintas acerca de *deus*⁶ que se pode duvidar ou questionar se com essa expressão designa-se sempre a mesma realidade, ainda que com matizes ou acentos diversos. Não por acaso ela encontrou tanta resistência no meio cristão e demorou tanto a se tornar a definição convencional da realidade a ser inteligida pela comunidade cristã. É que o conteúdo dessa expressão no mundo antigo estava muito mais associado aos filósofos gregos⁷ que a Jesus Cristo. Não deixa de ser significativo que ainda no século XIII aquele que se ocupava da intelecção da revelação e da fé cristãs fosse designado como *magister in Sacra Pagina* e não como teólogo e que um Tomás de Aquino preferisse a expressão *Sacra Doctrina* à expressão

⁵ *Ibidem*, 9s.

⁶ Cf. CONGAR, Yves. *La foi et la théologie*. Tournai: Desclée, 1962, 125s; LIBANIO, João Batista – MURAD, Afonso. *Introdução à teologia*: perfil, enfoques, tarefas. São Paulo: Loyola, 1996, 62-76; RITO, Honório. *Introdução à teologia*. Petrópolis: Vozes, 1999, 25-36; BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: Vozes, 1998, 548-560.

⁷ Cf. JAEGER, Werner. *La teología de los primeros filósofos griegos*. México: FCE, 1998; REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. Volume II. São Paulo: Loyola, 1994, 124-152; 335-373.

*teologia*⁸. Não se trata, evidentemente, de contrapor sem mais Atenas e Jerusalém, academia e Igreja (Tertuliano), o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó ao Deus dos filósofos e dos sábios (Pascal), o Deus dos cristãos ao Deus de outras tradições religiosas. Trata-se, simplesmente, de determinar com maior precisão a que nos referimos quando dizemos Deus, por mais louco e escandaloso que pareça (Cf. 1 Cor 1, 23). E para isso não basta o sentido etimológico da expressão *teo-logia*. É preciso determinar o conteúdo cristão da realidade denominada *Théos* ou Deus.

Segundo, pelo modo mesmo de nosso acesso a Deus. Por um lado, só temos acesso a Deus na medida em que ele se faz presente e atua em nossa vida e em nosso mundo; não podemos falar de “Deus em si”, independentemente de e do modo como ele se faz presente entre nós. Todo discurso sobre Deus está vinculado a algum acontecimento ou experiência⁹. Por outro lado, nesse fazer-se presente e nesse atuar históricos de Deus, ele não se identifica sem mais com nenhuma realidade ou situação; não se esgota em nenhuma delas. Daí o caráter paradoxal de nosso acesso a Deus: só nos é acessível através de acontecimentos históricos¹⁰, mas não se identifica com nem se esgota em nenhum desses acontecimentos. O próprio Tomás de Aquino, falando de Deus como assunto (*subiectum*) da doutrina sagrada¹¹, ou seja, “aquilo de

⁸ “Assim, na questão I da *Summa Theologica* usa só três vezes o termo ‘teologia’ e 80 vezes a expressão ‘Doutrina Sagrada’” (BOFF, Clodovis. *Op. cit.*, 555).

⁹ É a mediação pragmática da linguagem ou sua constitutiva vinculação com a práxis (Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen*. Frankfurt am Mein: Suhrkamp, 2003, §§ 23, 30, 37, 43).

¹⁰ Inclusive o que se poderia chamar “revelação natural de Deus” tem necessariamente um caráter histórico, na medida em que “a captação nunca total do que é a natureza implica um processo, uma diferenciação de pontos de vista, uma maior capacitação dos próprios dotes humanos, uma multiplicação e estruturação de possibilidades” intelectivas. Além do mais, “pode haver olhos cegos para determinadas dimensões da realidade, interesses obscuros que impedem a captação acertada e plena dessa realidade, a ponto de que em princípio não se pode negar que o homem e a humanidade vão obstruindo possibilidades de intelecção e de realização com o que, deixados à sua própria sorte, nem sequer sejam capazes de descobrir pontos fundamentais da realidade e, sobretudo, o que Deus manifesta de si nessa realidade. Diríamos, então, que a chamada revelação natural [...] tem história, é histórica” (ELLACURÍA, Ignacio. “Historia de la salvación”, in *Escritos Teológicos I*. San Salvador: UCA, 2000, 597-628, aqui 603).

¹¹ “A terminologia de Tomás nesse ponto pode causar estranheza no leitor moderno. Nós diríamos que o ‘sujeito’ da teologia é o teólogo; seu objeto, a revelação (ou, quem sabe, até diríamos que o objeto é ‘Deus’). Tomás, profundamente imbuído da transcendência de Deus, jamais poderia dizer isso. Trata-se, pois do problema de como traduzir *subjectum* às línguas modernas. Talvez uma ponte possa ser o francês que conhece, proveniente do latim *subjectum*, a palavra *sujet* com o significado de ‘assunto’, ‘tema’” (TABORDA, Francisco. “A missão do teólogo: comunicar a sabedoria. Uma lição de Tomás de Aquino”. *REB* 69/276

que se fala nessa ciência”, tem que admitir que o conhecimento de Deus (“quem ele é”) está mediado pelos “efeitos que ele produz na ordem da natureza ou da graça” (STh I, q.1, a.7). E não por acaso, costuma-se definir a teologia como *intellectus fidei* (inteligência da fé) e não como *intellectus Dei* (inteligência de Deus). De modo que se não se pode identificar Deus com nenhum “efeito”, acontecimento ou situação (transcende a tudo), tampouco se pode separá-lo completamente deles, como se fosse possível falar de Deus prescindindo desses “efeitos”, acontecimentos ou situações (transcende *em* e não *de*). A teologia não trata, portanto, de Deus “sem mais”, “em si”, independentemente da história humana. Isso seria impossível. Trata de Deus, sim, a partir de e na medida em que se faz presente e atua na história. Por esta razão, há que se determinar e formular de tal modo o assunto da teologia que Deus nem seja identificado com nem separado dos acontecimentos históricos em que ele se faz presente e atua.

Terceiro, pela necessidade e complexidade do acesso a Jesus de Nazaré. Conforme explicitamos no item anterior, o acesso a Deus se dá sempre e necessariamente em situações ou acontecimentos históricos que determinam em alguma medida tanto a experiência de Deus quanto o discurso sobre ele. Sendo assim, a determinação do assunto da teologia passa pela determinação dos acontecimentos em que Deus se faz presente e atua. Para os cristãos, o acontecimento histórico por excelência no qual Deus se faz presente e atua é a práxis de Jesus de Nazaré. A experiência cristã de Deus está de tal modo vinculada a esse acontecimento, que Deus será nomeado pela comunidade cristã como o Pai de Jesus Cristo (Creio em Deus Pai...) e não simplesmente como Deus. O problema reside na possibilidade real e efetiva de acesso à práxis de Jesus de Nazaré. E, aqui, a dificuldade é dupla. Por um lado, tem a ver com a compreensão atual do que seja “histórico”: um acontecimento é “histórico”, para nós, “se, pelo que saibamos, ocorreu realmente da maneira como nós o descrevemos”¹². Por outro lado, tem a ver com as fontes de acesso a Jesus de que dispomos: “o Novo Testamento não nos dá a narração ‘objetiva’ do Jesus histórico, mas a vivência do Jesus histórico na fé da comunidade primitiva”¹³. A princípio, parece que estamos num beco sem saída.

(2009) 885-913, aqui 906. Cf também. TORRELL, Jean-Pierre. *Iniciação a Santo Tomás de Aquino: sua pessoa e obra*. São Paulo: Loyola, 1999, 184s).

¹² ZUURMOND, Rochus. *Procurais o Jesus histórico?* São Paulo: Loyola, 1999, 41.

¹³ ELLACURÍA, Ignacio. “La iglesia, signo de contradicción”, in *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, 397-416, aqui 398. A expressão “Jesus histórico” não é tomada, aqui, no sentido do Jesus (re)construído pelas ciências históricas (*historischer Jesus*) em oposição ao

Queremos chegar a Jesus de Nazaré, saber quem foi e o que fez realmente, mas para isso não dispomos de outro acesso senão o testemunho de fé da comunidade eclesial. No entanto, haveria que se perguntar se a concepção moderna do que seja “histórico” é tão absoluta e objetiva como pretende¹⁴ e se o testemunho de fé da comunidade eclesial é tão indigno de credibilidade ou tão incapaz de oferecer algum acesso à vida real de Jesus de Nazaré. Importa, em todo caso, aqui, insistir na *necessidade* de acesso à práxis de Jesus de Nazaré para se determinar com precisão o assunto da teologia cristã e na *complexidade* de tal acesso.

Quarto, pelo caráter complexo e conflitivo da determinação dos sinais atuais da presença e atuação de Deus – “sinais dos tempos” (GS 11). Certamente, para os cristãos, o acesso fundamental a Deus se dá na práxis de Jesus de Nazaré. Mas isso não é tudo. Afinal, nem o Deus de Jesus está ausente do nosso mundo nem, conseqüentemente, a teologia cristã pode ser reduzida a uma espécie de arqueologia teológica. Tendo como critério último e fundamental a práxis de Jesus de Nazaré, é preciso discernir em que situações ou acontecimentos ele continua se fazendo presente e agindo na história. E isso além de muito complexo, é profundamente conflitivo. *Complexo* pelo caráter paradoxal do acesso a Deus a que no referimos anteriormente (só nos é acessível através de acontecimentos históricos, mas não se identifica com nenhum desses acontecimentos) e pela ambigüidade dos acontecimentos nos quais temos acesso a ele (manifesta-o sob certos aspectos, ofusca-o e nega-o sob outros

Cristo testemunhado pelas Escrituras (*geschichtlicher biblischer Christus*), para usar a formulação clássica de Martin Kähler, mas no sentido amplo e fundamental do Jesus real, de Jesus de Nazaré, a quem as escrituras confessam como Cristo e a quem as ciências históricas investigam, dentro dos limites de suas possibilidades.

¹⁴ Haveria que começar dizendo com Zuurmond que a concepção moderna de história é algo muito recente e muito distinto da mentalidade antiga. “Os historiadores antigos [...] não escreviam por ‘interesse histórico’ [...]. Escreviam principalmente com objetivos estéticos e didáticos e não tinham escrúpulos em guiar-se por ‘preconceitos ideológicos’”. Além do mais, “o mundo antigo não fazia nenhuma distinção fundamental entre o que chamamos ‘história’ e o que chamamos ‘lenda’ ou ‘saga’ (e até certo ponto inclusive o ‘mito’)”. Sem falar que “a cosmovisão mais comum no mundo helenista era a platônica”, onde “realidade” tem a ver muito mais com o mundo das idéias que com o mundo empírico, e que os narradores antigos “se sentiam muito menos sob o controle da cronologia do que acontece entre nós” (ZUURMOND, Rochus. *Op. cit.*, 44s). Mas tudo isso serve, no máximo, como advertência para não buscar na historiografia antiga o que ela não oferece. O problema é que possivelmente a historiografia moderna tampouco oferece a objetividade absoluta que parece pretender. Ela depende ou está condicionada ao “pelo que sabemos” e isso relativiza enormemente tal objetividade.

aspectos)¹⁵. *Conflitivo* pelas consequências práticas de tal discernimento no contexto maior do conflito de interesses presente na sociedade e na própria comunidade eclesial. Afirmar que Deus se faz presente ou não em certos acontecimentos ou que determinadas situações manifestam ou negam, mais ou menos, a Deus não é algo social e eclesialmente indiferente. Tem implicações práticas, mexe com interesses, na medida em que (des)legitima, eclesialmente, interesses e comportamentos e que orienta/direciona a ação dos cristãos e de suas comunidades. Mas não obstante a complexidade e a conflitividade de tal discernimento, é preciso fazê-lo tanto por fidelidade ao “âmbito de realidade” da teologia cristã, quanto por honestidade para com a realidade histórica.

Tudo isso mostra a complexidade da problemática da determinação do assunto da teologia cristã: algo aparentemente tão simples e evidente (de que trata a teologia cristã?), revela-se, na verdade, profundamente problemático e complexo. Mas, ao mesmo tempo, indica ou delimita as fronteiras de seu “âmbito de realidade”: não trata de Deus sem mais, mas da presença e atuação de Deus na história (passado, presente, futuro), segundo a práxis de Jesus de Nazaré. Importa, agora, formular do modo mais adequado possível o assunto ou o “âmbito de realidade” da teologia cristã.

II – Formulação adequada do assunto da Teologia Cristã

Depois de abordarmos a problemática da determinação do assunto da teologia cristã, confrontar-nos-emos, agora, com a problemática de sua adequada formulação. Por formulação adequada, entendemos, aqui, uma formulação que dê conta, conceitualmente, da complexidade do “âmbito de realidade” da teologia cristã tal como explicitamos no item anterior. Trata-se, portanto, de encontrar/criar um conceito ou uma formulação que expresse do modo mais objetivo e abrangente possível o assunto ou o “âmbito de realidade” da teologia cristã.

Já vimos que ela não trata de Deus em si, independentemente da história da humanidade, nem sequer de uma experiência qualquer de Deus. Trata de Deus enquanto e na medida em que se faz presente e atua na

¹⁵ É que “a presença e a ação do Espírito estão ordinariamente mescladas com as limitações, erros e pecados humanos. Se foi difícil para muitos discernir no carpinteiro de Nazaré o Filho, o Messias, o Cristo, de modo que muitos o rejeitaram, muito mais difícil é discernir a presença do Espírito em meio a pessoas e acontecimentos muitas vezes confusos e ambíguos” (CODINA, Victor. *“Não extingais o Espírito”* (1 Ts 5,19): iniciação à pneumatologia. São Paulo: Paulinas, 2010, 70).

história, tal como se deu na práxis de Jesus de Nazaré, a quem a comunidade cristã confessa como o Cristo. Portanto, para determinarmos com precisão o “âmbito de realidade” da teologia cristã temos que nos aproximar da *práxis de Jesus de Nazaré*. Ela é o lugar por excelência de acesso a Deus e o critério fundamental de discernimento de sua presença e atuação na história. Conseqüentemente, é o lugar e o critério mais adequados para a determinação e a formulação do assunto da teologia cristã.

No que diz respeito à práxis de Jesus de Nazaré, os estudos bíblicos¹⁶ e cristológicos¹⁷ das últimas décadas têm mostrado de modo cada vez mais consensual que ela tem a ver fundamentalmente com o reinado de Deus (*basiléia tou Theou*). Certamente, há divergências no que diz respeito ao conteúdo e ao significado do reinado de Deus, mas não no que diz respeito à sua centralidade na vida de Jesus de Nazaré. “É incontestável que o ponto central da pregação de Jesus foi a dominação de Deus ou o reinado de Deus [...]. O domínio de Deus pode literalmente ser considerado o centro de sua atividade. Pois é o ponto central em torno do qual tudo mais se organiza, não só a sua mensagem como também sua atividade de curar enfermos e de operar milagres, e seu imperativo

¹⁶ Cf. BORNKAMM, Günter. *Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1976, 60-90; SCHNACKENBURG, Rudolf. *Reino y reinado de Dios*. Estudio bíblico-teológico. Madrid: Faz, 1974; IDEM. “Reino de Deus”, in BAUER, Johannes B. *Dicionário de teologia bíblica*. Volume II. São Paulo: Loyola, 1988, 947-964; JEREMIAS, Joachim. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Paulus – Teológica, 2004, 159-193; KÜMMEL, Werner Georg. *Síntese teológica do Novo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal, 1983, 21-108; FABRIS, Rinaldo. *Jesus de Nazaré: história e interpretação*. São Paulo: Loyola, 1988, 89-179; MATEOS, Juan. *A utopia de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1994; GNILKA, Joachim. *Jesus de Nazaré: mensagem e história*. Petrópolis: Vozes, 2000, 83-153; VANONI, Gottfried – HEININGER, Bernhard. *Das Reich Gottes*. Würzburg: Echter, 2002; LÉON-DUFOUR, Xavier. *Agir segundo o Evangelho*. Palavra de Deus. Petrópolis: Vozes, 2003, 23-54; PETERSEN, Claus. *Die Botschaft Jesu vom Reich Gottes*. Aufruf zum Neubeginn. Stuttgart: Kreuz, 2005; MALINA, Bruce J. *O evangelho social de Jesus: o reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. São Paulo: Paulus, 2004.

¹⁷ Cf. PANNENBERG, Wolfhart. *Theologie und Reich Gottes*. Gütersloh: Gerd Mohn, 1971; BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis: Vozes, 1991, 38-59; SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus: história de um vivente*. São Paulo: Paulus, 2008, 99-263; GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio. *Acesso a Jesus: ensaio de teologia narrativa*. São Paulo, Loyola, 1981, 34-46; KASPER, Walter. *Der Gott Jesu Christi*. Mainz: Grünwald, 1982, 205-216; RAHNER, Karl. *Curso Fundamental da Fé*. São Paulo: Paulus, 1989, 297-302; KESSLER, Hans. “Cristologia”, in SCHNEIDER, Theodor. *Manual de Dogmática I*. Petrópolis: Vozes, 2002, 219-400, aqui 242-247; SEGUNDO, Juan Luis. *A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré*. São Paulo: Paulus, 1997, 142-262; SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador: a história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996, 103-201; MOLTMANN, Jürgen. *O Caminho de Jesus Cristo*. Petrópolis: Vozes, 1994, 137-164; IDEM. *Quem é Jesus Cristo para nós hoje?* Petrópolis: Vozes, 1997, 11-32; FERRARO, Benedito. *Cristologia*. Petrópolis: Vozes, 2004, 77-96; RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007, 57-70.

ético”¹⁸. Nas palavras de Rinaldo Fabris, “o núcleo em volta do qual gravitam o ensinamento e a atividade histórica de Jesus consiste no reino de Deus”¹⁹. Para Kümmel, o anúncio da proximidade do reinado de Deus constitui o “resumo de toda a pregação de Jesus” e a expressão reinado de Deus era “o termo que melhor servia para caracterizar toda a pregação de Jesus”²⁰. Podemos dizer, portanto, que o reinado de Deus é a realidade e o conceito mais centrais e mais fundamentais na vida de Jesus, e a tal ponto que “quem se entrega a Jesus, entrega-se ao reinado de Deus. Isso é inevitável, pois ‘a causa de Jesus’foi e é o ‘reino de Deus”²¹.

Ora, se nosso acesso a Deus é um acesso histórico (1), se o acontecimento histórico por excelência no qual temos acesso a Deus é a práxis de Jesus de Nazaré (2) e se essa práxis tem a ver fundamentalmente com a realização do reinado de Deus (3), o reinado de Deus deve constituir, *então*, o assunto da teologia cristã – aquilo com que se ocupa ou de que trata a teologia cristã. Neste sentido, para sermos rigorosos e conseqüentes, mais que de *teo-logia*, deveríamos falar, aqui, de *basiléia-tou-teo-logia*: inteligência (*logia*) do reinado de Deus (*basiléia tou Theou*). A razão disso, como bem formulou Ignacio Ellacuría, deve-se a um princípio teológico-epistemológico fundamental: “o mesmo que Jesus veio anunciar e realizar, isto é, o reino de Deus, é o que deve se constituir no objeto unificador de toda teologia cristã”²². Numa formulação mais precisa e rigorosa: “Todo fazer eclesial deve se realizar no prosseguimento do Jesus histórico. Aplicando o princípio ao nosso caso, deve-se dizer: se o reino de Deus foi o objeto fundamental da missão de Jesus, deve sê-lo também da práxis eclesial e do momento ideológico

¹⁸ GNILKA, Joachim. *Op. cit.*, 83. Cf. BORNKAMM, Günter. *Op. cit.*, 60; SCHNACKENBURG, Rudolf. *Reino y reinado de Dios. Op. cit.*, 67; JEREMIAS, Joachim. *Op. cit.*, 160; SOBRINO, Jon. *Op. cit.*, 105-108; LÉON-DUFOUR, Xavier. *Op. cit.*, 24; PANNENBERG, Wolfhart. *Op. cit.*, 9; KASPER, WALTER. *Op. cit.*, 210; KESSLER, Hans. *Op. cit.*, 242; RATZINGER, Joseph. *Op. cit.*, 58.

¹⁹ FABRIS, Rinaldo. *Op. cit.*, 104.

²⁰ KÜMMEL, Werner Georg. *Op. cit.*, 34. Mas enquanto Kümmel, referindo-se concretamente a Mc 1, 14ss, afirma que tal resumo e tal expressão “é de autoria do próprio evangelista e não pode ser entendida [passagem bíblica] como sendo um dito transmitido do próprio Jesus” (*Ibidem*), González Faus, tratando dos possíveis acessos à vida de Jesus, afirma taxativamente: “Existem duas palavras, somente duas, que ninguém duvida de que Jesus as pronunciou; e não as pronunciou uma vez apenas; ao contrário, eram freqüentes e constantes em sua vida. Simplesmente duas palavras-chaves: o termo *Abá* e a fórmula *reino de Deus*. E em ambas temos certamente o melhor e o mais expressivo resumo da vida de Jesus e de seu sentido” (GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio. *Op. cit.*, 35).

²¹ MOLTSMANN, Jürgen. *Op. cit.*, 11.

²² ELLACURÍA, Ignacio. “Aporte de la teología de la liberación a las religiones abrahámicas en la superación del individualismo y del positivismo”, in *Escrito Teológico II*. San Salvador: UCA, 2000, 193-232, aqui 202s.

dessa práxis eclesial. Embora se necessite determinar ulteriormente como Jesus entendeu o reino de Deus e como se deve entender em cada situação histórica o reino de Deus anunciado por Jesus – duas tarefas estritamente teológicas –, afirma-se de maneira resoluta, como interpretação adequada da vida e da missão de Jesus, que seu objeto fundamental é o reino de Deus e que é dentro do marco do reino de Deus e em sua realização histórica como devem surgir os demais temas teológicos, tanto na linha da interpretação teórica como na linha dos projetos e das ações. Trata-se, evidentemente, do que deve fazer uma teologia cristã e não qualquer teologia. E não se sabe o que uma teologia cristã deve fazer entendendo-a como uma das realizações específicas de um suposto esquema genérico, mas tomando com absoluta seriedade a vida de Jesus, seja ou não inovadora, surja ou não de uma experiência irreduzível”²³.

De modo que, embora não se possam excluir outras formulações nem tomá-las de antemão como inadequadas, pode-se, sem dúvida, afirmar que a expressão *reinado de Deus* é muito fecunda e apropriada para uma formulação adequada do assunto ou do “âmbito de realidade” da teologia cristã. E por várias razões.

1. Fala de Deus a partir de sua *atuação histórica*. Mais que um espaço territorial (reino), *basiléia to Theou* designa o *agir* ou a *ação* soberana de Deus na história, o *exercício* de seu poder régio (reinado)²⁴ e, enquanto tal, “inclui formalmente a Deus” e “inclui formalmente seu reinado na história”, mas “os inclui em uma unidade intrínseca”. Por ser reinado *de Deus*, “apela à totalidade do Deus revelado por Jesus e em Jesus; mas apela a essa totalidade segundo o modo próprio de revelação de Jesus”. E aqui se supera todo risco de imanentismo e historicismo. Mas por ser *reinado* de Deus, “apela à história e ao homem como lugar da presença e da atuação do Deus de Jesus Cristo”, sem que isso comprometa a “autonomia do imanente” nem reduza Deus ao “seu reinado histórico”. E aqui se supera todo risco de transcendentalismo e de espiritualismo²⁵. A expressão reinado de Deus permite, portanto, falar de

²³ IDEM. “La teología como momento ideológico de la praxis eclesial”, in *Escritos Teológicos I*. San Salvador: UCA, 2000, 163-185, aqui 175s.

²⁴ Cf. SCHNACKENBURG, Rudolf. *Op. cit.*, 323-325; JEREMIAS, Joachim. *Op. cit.*, 162; SCHILLEBEECKX, Edward. *Op. cit.*, 135; FABRIS, Rinaldo. *Op. cit.*, 106; KASPER, Walter. *Op. cit.*, 210; MOLTMANN, Jürgen. *Op. cit.*, 11s; SOBRINO, Jon. *Op. cit.*, 111; KESSLER, Hans. *Op. cit.*, 242s; LÉON-DUFOUR, Xavier. *Op. cit.*, 26s; RATZINGER, Joseph. *Op. cit.*, 64.

²⁵ ELLACURIA, Ignacio. *Op. cit.*, 176s. Diferentemente do que parece se dar tanto com Schnackenburg (Cf. SCHNACKENBURG, Rudolf. *Op. cit.*, 83) quanto com Cullmann (Cf.

Deus a partir de sua atuação histórica e, assim, assumir na própria formulação do assunto ou do “âmbito de realidade” da teologia cristã a unidade estrutural radical entre a realidade a ser inteligida (Deus) e seu acesso histórico (reinado)²⁶.

2. Assume de modo conseqüente o caráter teologal fundamental da *práxis de Jesus de Nazaré*. Não só fala de Deus a partir de um acontecimento histórico, mas o faz a partir daquele acontecimento histórico no qual a comunidade cristã reconhece de modo radical e definitivo a presença e a atuação de Deus na história: a *práxis de Jesus de Nazaré*. E aqui está o mais próprio e o mais específico da teologia cristã frente a outras teologias: tomar com absoluta seriedade a *práxis de Jesus de Nazaré* como lugar fundamental da presença e atuação de Deus e como critério de discernimento de sua presença e atuação históricas. O que seja a realidade de Deus, quais sejam seus desígnios, qual seja seu modo de presença e atuação na história etc. não se sabe, cristãmente, senão a partir de Jesus de Nazaré. Qualquer adjetivo ou nomeação de Deus (onipotente, onipresente, onisciente, absoluto, transcendente, infinito, ser, alteridade, etc., etc.) tem que passar pelo crivo da vida/*práxis de Jesus de Nazaré*. Ela é a “pedra angular” (base, fundamento) e a “pedra de toque” (meio de avaliar, aferir) da teologia cristã. E, aqui, de novo, a expressão reinado de Deus se mostra extremamente fecunda e adequada, pois permite falar de Deus a partir do acontecimento histórico fundamental no qual ele se deu a conhecer: a *práxis de Jesus de Nazaré*.

3. Tomando como critério a *práxis de Jesus de Nazaré*, assume também de modo conseqüente o caráter teologal da *práxis eclesial* e da *práxis histórica total*. O reinado de Deus que a teologia cristã procura inteligir não é outro senão o que foi anunciado e realizado por Jesus de Nazaré, segundo as Escrituras, e que continua sendo anunciado e realizado por seus seguidores e, inclusive, por pessoas e grupos que, embora não o conhecendo nem se identificando como seus seguidores, realizam, no entanto, o que ele anunciou e realizou. Tem a ver, portanto,

CULLMAN, Oscar. *Heil als Geschichte*. Tübingen, 1965, 58s, 235). Contra Schnackenburg, vale a crítica de Jeremias à “interpretação espiritualista” da presença do reinado de Deus entre nós (Cf. JEREMIAS, Joachim. *Op. cit.*, 166). Contra Cullmann, vale a crítica de González à sua concepção ilustrada da história (Cf. GONZÁLEZ, Antonio. “El problema de la historia en la teología de Gustavo Gutiérrez”. *Revista Latinoamericana de Teología* 18 [1989] 335-364, aqui 342).

²⁶ “Deus e o reino são absolutamente inseparáveis para nós; *porque* Deus é *Abba* chega seu reino, e o Deus de Jesus não é acessível à margem do reino. O reino é a proximidade libertadora de Deus para os homens” (GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio. *Op. cit.*, 40).

com a *práxis de Jesus de Nazaré* (acontecimento histórico fundamental) e com o *dinamismo histórico* (“sinais dos tempos”) por ela desencadeado (1 Cor 4,20; 1Jo 2,6) ou com ela afinado ou identificado (Lc 10, 25-37; Mt 25, 31-46). É o problema da relação reinado de Deus – Igreja – povo de Deus²⁷. À realidade e ao conceito “reinado de Deus” correspondem a realidade e o conceito “povo de Deus”, que embora não se identifique sem mais com a Igreja, tampouco é completamente independente dela. Na verdade não existe reinado de Deus sem povo de Deus nem povo de Deus sem reinado de Deus. Dito com outras palavras, Deus só reina na medida em que tem um povo sobre o qual exerce seu governo e só na medida em que um povo concreto é de fato governado por Deus, vive de acordo com seus desígnios, pode se chamar realmente povo de Deus.

4. Tem um *caráter englobante e totalizador*. É fato que a teologia cristã sempre tratou de muitos temas, problemas, aspectos, dimensões etc. E sempre procurou tratá-los de modo mais ou menos coerente/sistemático, onde tudo tem a ver com tudo. A grande questão é sempre como abordar essa pluralidade de temas, questões, dimensões em sua unidade estrutural radical. E, mais uma vez, a categoria reinado de Deus permite assumir e expressar de modo conseqüente essa pluralidade em sua unidade radical: fala de tudo (Jesus, Deus, Igreja, homem-mulher, sacramentos, moral, economia, política, cultura, religião etc.) a partir e em vista do senhoril de Deus neste mundo, tal como se deu na *práxis de Jesus de Nazaré*. Tomar o reinado de Deus como realidade e conceito englobantes e totalizadores da teologia cristã faz com que, por um lado, “não se deixe de fora nada do que é a mensagem revelada” e, por outro lado, “permite aproximar-se conaturalmente às coisas deste mundo porque, no fim das contas, o reino de Deus, ponto central da mensagem de Jesus, alude à presença reinante de Deus neste mundo”²⁸. Aqui se manifesta o caráter englobante e totalizador da realidade e do conceito reinado de Deus. E tanto no que diz respeito à pluralidade e à unidade de suas notas, quanto no que diz respeito à “tensão escatológica” (“já” – “ainda não”)²⁹ que o caracteriza.

²⁷ Cf. SCHNACKENBURG, Rudolf. *Op. cit.*, 107-127; ELLACURÍA, Ignacio. “Iglesia como pueblo de Dios”, in *Escritos Teológicos II. Op. cit.*, 317-342; SOBRINO, Jon. *Op. cit.*, 107s; RATZINGER, Joseph. *Op. cit.*, 60ss; GONZÁLEZ, Antonio. *Reinado de Dios e imperio: ensayo de teología social*. Santander: Sal Terrae, 2003, 139ss.

²⁸ IDEM. “Teología de la liberación frente al cambio socio-histórico en América Latina”, in *Escritos Teológicos I. Op. cit.*, 313-345, aqui 315

²⁹ É a tese de Oscar Cullmann frente à “escatologia conseqüente” (realidade futura) de A. Loisy e A. Schweitzer e a “escatologia realizada” (realidade presente) de C.H. Dodd (Cf. CULLMANN, Oscar. *Einführung in das Neue Testament*. Münschen-Hamburg: Siebster

5. Oferece um *critério objetivo de verificação* de sua realização histórica. A característica fundamental do reinado de Deus, diz Joachim Jeremias, é a realização do “ideal de justiça real, sempre ansiado, mas nunca cumprido na terra”. E a “justiça real” diz respeito fundamentalmente à “proteção que o rei estende aos desamparados, fracos e pobres, às viúvas e aos órfãos”. Segundo Jeremias, “com a constatação de que Jesus anunciou a consumação do mundo como algo que estava a se irromper, ainda não se descreveu totalmente a sua pregação da *basiléia*; pelo contrário, o seu traço decisivo ainda não foi nomeado”: a “oferta de salvação aos pobres”. Aqui, precisamente, diz ele, está o “coração da proclamação de Jesus”, por mais escandaloso que pareça³⁰. E aqui encontramos um critério objetivo de verificação histórica da realização ou não do reinado de Deus em nosso mundo, bem como de nossa adesão ou rejeição a ele: a existência de pobres e oprimidos em nosso mundo é em si mesma a expressão mais clara e mais radical da negação da justiça de Deus; e nossa reação frente a essa situação de injustiça e opressão determina nossa adesão ou nossa rejeição ao reinado de Deus (Lc 10, 25-37; Mt 25, 31-46). Noutras palavras, se o reinado de Deus tem a ver fundamentalmente com a justiça aos pobres e oprimidos deste mundo, eles se constituem em critério e medida fundamentais de sua realização histórica ou não e de nossa adesão ou rejeição a ele.

Por todas estas razões, a expressão reinado de Deus parece extremamente fecunda e apropriada para uma adequada formulação do assunto ou do “âmbito de realidade” da teologia cristã. Dito da maneira mais simples e mais objetiva possível, *o reinado de Deus é o assunto da teologia cristã*: aquilo com que se ocupa ou de que trata a teologia cristã. Por isso mesmo, como dissemos acima, mais que de *teo-logia*, deveríamos falar de *basiléia-tou-teo-logia*: *intelecção (logia) do reinado de Deus (basiléia tou Theo)*. Mas, dada a estranheza dessa expressão entre nós e o uso

Taschenbuch, 1968, 38s). Cf., a propósito dessa “tensão escatológica”, ainda que com formulações distintas e prescindindo da concepção de história que a subjaz, (BORNKAMM, Günter. *Op. cit.*, 62ss, 82ss; SCHACKENBURG, Rudolf. *Op. cit.*, 101ss; JEREMIAS, Joachim. *Op. cit.*, 163-175; KÜMMEL, Werner Georg. *Op. cit.*, 33-41; FABRIS, Rinaldo. *Op. cit.*, 106-112; GNILKA, Joachim. *Op. cit.*, 132-146; LÉON-DUFOUR, Xavier. *Op. cit.*, 29s; PANNENBERG, Wolhart. *Op. cit.*, 9-29; SCHILLEBEECKX, Edward. *Op. cit.*, 142-148; KESSLER, Hans. *Op. cit.*, 244; SOBRINO, Jon. *Op. cit.*, 118s; MOLTMANN, Jürgen. *Op. cit.*, 23s).

³⁰ JEREMIAS, Joachim. *Op. cit.*, 162, 176. Cf. BORNKAMM, Günter. *Op. cit.*, 69-75; FABRIS, Rinaldo. *Op. cit.*, 112-118; LÉON-DUFOUR, Xavier. *Op. cit.*, 95-102; VANONI, Gottfried – HEININGER, Bernhard. *Op. cit.*, 91s; SCHILLEBEECKX, Edward. *Op. cit.*, 165-172; SOBRINO, Jon. *Op. cit.*, 123-135; MOLTMANN, Jürgen. *Op. cit.*, 19-22; GONZÁLEZ, Antonio. *Op. cit.*, 142-151.

comum e universal da expressão teologia, conservamos a expressão teologia, dando-lhe, porém, um conteúdo que extrapola seu sentido etimológico. Seguiremos, portanto, falando de *teologia*, mas entendendo-a como *intelecção do reinado de Deus*.

III – Abordagem Sistemático-Epistemológica

Depois de termos mostrado em que sentido o reinado de Deus pode e deve ser tomado como a realidade e o conceito mais adequados e mais fecundos para a determinação do assunto da teologia cristã, restamos explicitar o caráter e o potencial sistemáticos e epistemológicos de nossa abordagem do reinado de Deus.

1. Caráter e potencial sistemáticos

No item anterior, ao destacarmos o caráter englobante e totalizador do reinado de Deus, chamávamos atenção tanto para o fato da pluralidade de temas, problemas, aspectos e dimensões da teologia cristã, quanto para a necessidade de uma abordagem sistemática dos mesmos. E afirmávamos que o reinado de Deus (como realidade e como conceito) permite assumir e expressar de modo conseqüente essa pluralidade em sua unidade radical: trata de tudo a partir e em vista da realização do reinado de Deus. Mais que um tema entre outros, mesmo que seja o mais importante, o reinado de Deus é tomado, aqui, como o mais próprio e específico da teologia cristã (tudo é tratado a partir e em vista de sua realização histórica) e mesmo como o seu “âmbito de realidade” (tudo encontra nele seu lugar e sua importância). Daí seu caráter e seu potencial sistemáticos: capacidade de articular de modo coerente a teologia cristã em sua totalidade. No reinado de Deus a teologia cristã encontra, portanto, sua unidade radical: seja no que diz respeito ao especificamente cristão da teologia (ponto de vista), seja no que diz respeito à unidade estrutural radical da teologia cristã (âmbito de realidade).

A fecundidade desse caráter e desse potencial sistemáticos do reinado de Deus pode ser constatada, sobretudo, no desenvolvimento da teologia da libertação nas últimas décadas – não obstante todos os limites que se possa identificar nessa teologia. Ignacio Ellacuría chega, inclusive, a defini-la como uma teologia do reinado de Deus³¹. E Jon Sobrino,

³¹ Cf. ELLACURIA, Ignacio. “Fe y justicia”, in *Escritos Teológicos III*. San Salvador: UCA, 2002, 307-373, aqui 311; IDEM. “La teología como momento ideológico de la praxis eclesial”. *Op. cit.*, 175s; IDEM. “Relación teoría y praxis en la teología de la liberación”. *Op. cit.*, 235, 240s; IDEM. “Teología de la liberación frente al cambio socio-histórico en América Latina”, in *Escritos Teológicos I*. *Op. cit.*, 313-345, aqui 315; IDEM. “Aporte de la teología de la

tratando da “centralidade do reino de Deus na teologia da libertação”, ao abordar “o caráter totalizante do reino de Deus”, pergunta-se explicitamente “se e como o reino de Deus, como objeto teológico central, tem a capacidade de organizar todos os conteúdos da teologia”. Depois de indicar sua fecundidade no tratamento de alguns dos principais temas da teologia, conclui afirmando que “o reino de Deus não é apenas objeto central da teologia, mas o que [melhor] pode organizar a totalidade da teologia” ou “a melhor maneira de potencializar a totalidade da teologia”³².

Certamente, não temos condição de apresentar aqui a novidade e a fecundidade da abordagem dos vários temas teológicos no horizonte e na perspectiva do reinado de Deus na TdL. Em todo caso, não resistimos à tentação de ao menos indicar algumas dessas abordagens, cujos desenvolvimentos consideramos mais relevantes e fecundos: cristologia³³, teologia³⁴, eclesiologia³⁵, sacramentos³⁶, espiritualidade³⁷, martírio³⁸, pastoral³⁹,

liberación a las religiones abrahámicas en la superación del individualismo y del positivismo”, in *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, 193-232, aqui 202s.

³² SOBRINO, Jon. “Centralidad del reino de Dios en la teología de la liberación”, in ELLACURÍA, Ignacio – SOBRINO, Jon. *Conceptos fundamentales de la teología de la liberación I*. Madrid: Trotta, 1994, 467-510, aqui 505s e 509 respectivamente.

³³ Cf. SOBRINO, Jon. *Jesus, o libertador: a história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996; IDEM. *A fé em Jesus Cristo: ensaio a partir das vítimas*. Petrópolis: Vozes, 2000.

³⁴ Cf. MUÑOZ, Ronaldo. *O Deus dos cristãos*. Petrópolis: Vozes, 1986; IDEM. *Trindade de Deus amor oferecido em Jesus, o Cristo*. São Paulo: Paulinas, 2002.

³⁵ Cf. ROMERO, Oscar. “A Igreja, corpo de Cristo na história: segunda carta pastoral do Arcebispo D. Romero (06/08/1977)”, in SOBRINO, Jon – MARTÍN-BARÓ – CARDENAL, Rodolfo. *Voz dos sem voz: a palavra profética de D. Oscar Romero*. São Paulo: Paulinas, 1987, 95-126; ELLACURÍA, Ignacio. “Iglesia como pueblo de Dios”, in *Escritos Teológicos II. Op. cit.*, 317-342; SANTANA, Julio de. *El desafío de los pobres a la iglesia*. San José: DEI, 1985; SOBRINO, Jon. “La iglesia samaritana y el principio-misericordia”, in *El principio-misericordia: bajar de la cruz a los pueblos crucificados*. Santander: Sal Terrae, 1992, 31-45; ALEGRE, Xavier. “La iglesia que nace de la Pascua. Seguimiento de Jesús y opción por los pobres”. *Revista Latinoamericana de Teología* 80 (2010) 141-160.

³⁶ Cf. CODINA, Victor. “Sacramentos”, in ELLACURÍA, Ignacio – SOBRINO, Jon. *Conceptos fundamentales de la teología de la liberación II*. Madrid: Trotta, 1994, 267-294; TABORDA, Francisco. *Sacramentos, praxis e festa: para uma teologia latino-americana dos sacramentos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

³⁷ Cf. SOBRINO, Jon. “Seguimento de Jesus”, in FLORISTÁN SAMANES, Cassiano – TAMAYO-ACOSTA, Juan-José. *Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1999, 771-775; AQUINO JÚNIOR, Francisco de. “A espiritualidade das CEBs. A caminho do 11º Intereclesial”. *Grande Sinal* 85 (2004) 557-563; CASTILLO, José Maria et all. *El seguimiento de Jesús*. Madrid: Fundación Santa María, 2004.

³⁸ Cf. SOBRINO, Jon. “De una teología solo de la liberación a una teología del martírio”, in COMBLIN, José – GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio – SOBRINO, Jon. *Cambio social y pensamiento cristiano en América Latina*. Madrid: Trotta, 1993, 101-121; IDEM. *Jesus, o*

questões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais⁴⁰, (macro)ecumenismo⁴¹, método teológico⁴², dentre outros. Longe de nós tomarmos tais desenvolvimentos como exaustivos ou sequer conclusivos. Mas, não obstante todas as suas limitações, eles se revelam extremamente fecundos tanto nos resultados já alcançados quanto na direção apontada e nas possibilidades oferecidas. De modo que, seja pelo que já deu de si na TdL seja pelo que ainda pode dar de si, a abordagem do reinado de Deus como assunto da teologia cristã tem um caráter e um potencial sistemáticos indiscutíveis: permite abordar os vários temas, aspectos e dimensões da teologia tanto em sua especificidade e irredutibilidade quanto em sua unidade radical.

2. Caráter e potencial epistemológicos

A abordagem do reinado de Deus como assunto da teologia cristã tem também um caráter e um potencial epistemológicos, na medida em que determina com precisão o assunto ou “âmbito de realidade” da teologia cristã e, assim, determina, em boa medida, seu acesso intelectual. Afinal, como afirmávamos no início de nossa reflexão, o modo de

Libertador: a história de Jesus de Nazaré. *Op. cit.*, 366-390; TOJEIRA, José Maria. *El martirio ayer y hoy*: testimonio radical de fe y justicia. San Salvador: UCA, 2005; número monográfico da *Revista Concilio* 299 (2003/1): “repensando o martírio”; WECKEL, Ludger. *Um des Lebens willen*. Zu einer Theologie des Martiriums aus befreiungstheologischer Sicht. Mainz: Matthias-Grünwald, 1998.

³⁹ Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A pastoral dá o que pensar*: a inteligência da prática transformadora da fé. São Paulo: Paulinas, 2006.

⁴⁰ Cf. ELLACURÍA, Ignacio. “Utopía y profetismo desde América Latina: un ensayo de soteriología histórica”, in *Escritos Teológicos II*. *Op. cit.*, 233-293; IDEM. “El reino de Dios y el paro en el tercer mundo”. *Op. cit.*, 295-305; GONZÁLEZ, Antonio. *Reinado de Dios e imperio*: ensayo de teología social. Santander: Sal Terrae, 2003; AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *Dimensão socio-estrutural do reinado de Deus*: escritos de teologia social. São Paulo: Paulinas, 2010 (prelo).

⁴¹ SANTANA, Julio de. *Ecumenismo e libertação*: reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus. São Paulo: Vozes, 1991; TIEL, Gerhard. *Ecumenismo na perspectiva do reino de Deus*: uma análise do movimento ecumênico de base. São Leopoldo: Sinodal, 1998; AQUINO JÚNIOR, Francisco de. “Igreja dos pobres: sacramento do povo universal de Deus. Tópicos de uma eclesiologia macroecumênica da libertação”, in TOMITA, Luiza – BARROS, Marcelo – VIGIL, José Maria (orgs). *Pluralismo e Libertação*: por uma teologia latino-americana pluralista a partir da fé cristã. São Paulo: Loyola, 2005, 193-214.

⁴² ELLACURIA, Ignacio. “Hacia una fundamentación del método teológico latinoamericano”. *Op. cit.*; IDEM “La teología como momento ideológico de la praxis eclesial”. *Op. cit.*; IDEM. “Relación teoría y praxis en la teología de la liberación”. *Op. cit.*; SOBRINO, Jon. “Teología en un mundo sufriente: la teología de la liberación como ‘intellectus amoris’”, in *El principio-misericordia*: bajar de la cruz a los pueblos crucificados. *Op. cit.*, 47-80; AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *A teologia como inteligência do reinado de Deus*: o método da teologia da libertação segundo Ignacio Ellacuría. São Paulo: Loyola, 2010.

conhecer uma realidade qualquer está determinado em grande parte pela constituição dessa realidade e por seu acesso intelectual.

Ao afirmarmos que (1) a teologia cristã trata do reinado de Deus (e não de Deus sem mais); que (2) o reinado de Deus é uma realidade prático-histórica (por mais espiritual e transcendente que seja); que (3) tem na práxis de Jesus de Nazaré seu critério fundamental e definitivo (mesmo que não se esgote nela); que (4) ele tem a ver com todos os aspectos e com todas as dimensões da vida humana (não se esgotando em nenhuma delas); e (5) tem nos pobres e oprimidos deste mundo seu lugar privilegiado de realização e seu princípio histórico de verificação e desideologização (por mais universal que seja e para além das boas intenções), já estamos determinando, em boa medida, como se dá o processo de conhecimento teológico.

Ao contrário do que pensa Clodovis Boff, por exemplo, o ponto de partida da teologia cristã não são as formulações dogmáticas ou positivas da fé (*fides quae*)⁴³, por mais que o conhecimento teológico, como um modo mais aprofundado e elaborado de saber, suponha algum nível de saber ou reflexão⁴⁴. Primeiro porque o assunto ou o “âmbito de realidade” da teologia cristã é o reinado de Deus e não um conjunto de afirmações ou formulações dogmáticas⁴⁵. Estas já são elaborações teológicas que remetem sempre àquele e no qual encontram ou não razão. Segundo porque, no que diz respeito ao processo de conhecimento, não é nada evidente que “só a teoria gera teoria”⁴⁶, que “as coisas reais permanecem atrás do processo cognitivo”⁴⁷, que “a práxis não é mediação teórica alguma”⁴⁸ e que saber e realidade constituem esferas ou ordens essencialmente “heterogêneas, ainda que combináveis”⁴⁹. Por um lado, a teoria é um momento da ação humana:

⁴³ BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Op. cit., 111; IDEM “Retorno à arché da teologia”, in SUSIN, Luis Carlos (org.). *Sarça ardente*. Teologia na América Latina: prospectivas. São Paulo: Paulinas, 2000, 145-187, 148s.

⁴⁴ Cf. IDEM. *Teologia e prática: teologia do político e suas mediações*. Op. cit., 154.

⁴⁵ E aqui se insere a crítica pertinente de Jon Sobrino ao que ele denomina “o divórcio gerado entre o que é a revelação e o que ela exige fundamentalmente (o amor) e aquilo com que se ocupa fundamentalmente a teologia (explicação, aprofundamento de verdades)” (SOBRINO, Jon. Op. cit., 75).

⁴⁶ BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Op. cit., 117.

⁴⁷ IDEM. *Teologia e prática: teologia do político e suas mediações*. Op. cit., 147.

⁴⁸ IDEM. “Teologia e prática”. *REB* 36/144 (1976) 789-810, aqui 796.

⁴⁹ IDEM. *Teoria do método teológico*. Op. cit., 391; Cf. *Ibidem*, 112, 121, 168. “As leis do pensamento, bem como as da linguagem, são outras que as da realidade. A ordem do ser

seu momento consciente e reflexo. Tem a ver com o modo humano de enfrentar-se com as coisas. E a própria linguagem utilizada nas elaborações teóricas é, como bem percebeu Wittgenstein, parte de uma práxis concreta ou de uma forma concreta de vida⁵⁰. Por outro lado, se saber e realidade constituíssem esferas ou ordens completamente “heterogêneas”, o saber jamais seria saber da realidade, sequer da suposta heterogeneidade entre saber e realidade. De modo que, seja por causa de seu âmbito de realidade (reinado de Deus), seja devido ao próprio processo de intelecção (momento da práxis), o ponto de partida da teologia cristã é a realização histórica do reinado de Deus, tal como se deu na práxis de Jesus de Nazaré.

E ela vai se desenvolvendo e se configurando precisamente como intelecção do reinado de Deus na história. Não é verdade, como pensa Clodovis Boff, que “uma prática teológica como tal só é ‘culpável’ dos critérios de sua gramática, isto é, do conjunto de regras que organizam seu discurso”⁵¹. Ela tem que responder também e em última instância pela capacidade de apreender e formular, de modo mais ou menos adequado, a realidade que procura entender, isto é, o reinado de Deus. Ele é não só ponto de partida da teologia, mas seu princípio, seu fundamento e seu critério permanentes. É aí onde em última instância se joga a veracidade ou a falsidade de uma teologia, enquanto atividade intelectual: “na marcha intelectual, as coisas começam dando que pensar e terminam dando [ou tirando] razão”⁵².

Tomando como critério a práxis de Jesus de Nazaré, segundo as escrituras, cabe à teologia, portanto, discernir e identificar nos processos históricos os sinais da realização do reinado de Deus neste mundo e formulá-los do modo mais adequado e conseqüente possível. E aqui entram em jogo todas as mediações práticas e teóricas necessárias tanto para o acesso à práxis de Jesus de Nazaré, quanto para o discernimento do *dinamismo histórico* por ela desencadeado (1Cor 4,20; 1Jo 2,6) ou com ela afinado/identificado (Lc 10,25-37; Mt 25, 31-46). Mas essa já outra questão.

Aqui, interessa-nos simplesmente insistir no caráter e no potencial epistemológicos da abordagem do reinado de Deus como assunto da

não é a ordem do conhecer” (BOFF, Clodovis. *Teologia e prática*. Teologia do Político e suas mediações. *Op. cit.*, 216; Cf. *Ibidem*, 341).

⁵⁰ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Op. cit.*, & 23.

⁵¹ BOFF, Clodovis. *Teologia e prática*: teologia do político e suas mediações. *Op. cit.*, 60.

⁵² ZUBIRI, Xavier. *Inteligencia y razón*. Madrid: Alianza Editorial, 2001, 71.

teologia cristã, na medida em que ao determinar e formular com precisão esse “âmbito de realidade”, determina-se também, em boa medida, seu acesso intelectual e o próprio processo de intelecção. E tanto no que diz respeito ao seu ponto de partida, quanto no que diz respeito ao seu desenvolvimento e às mediações necessárias para tal desenvolvimento.

A modo de Conclusão

A determinação e a formulação adequadas do assunto da teologia cristã são de fundamental importância tanto para o seu desenvolvimento sistemático (abordagem dos vários temas, problemas, aspectos etc. em sua especificidade e em sua unidade radical) quanto para a explicitação e a potencialização de seu modo de conhecimento (ponto de partida, mediações práticas e teóricas, configuração). Elas dizem respeito à identidade cristã da teologia (trata tudo a partir e em vista do reinado de Deus) e, conseqüentemente, ao próprio método teológico (reinado de Deus como determinante do processo de conhecimento teológico). Daí seu caráter e sua importância sistemático-epistemológicos.

Certamente, é necessário determinar com maior precisão o que foi o reinado de Deus na vida de Jesus de Nazaré e como ele vem se realizando ao longo da história – “duas tarefas estritamente teológicas”. E quanto mais se avançar nessas tarefas, tanto mais se avançará no desenvolvimento dos conteúdos teológicos e no aprofundamento do modo de conhecimento teológico. Mas tudo isso já é parte do processo de intelecção desse “âmbito de realidade” que é o reinado de Deus e, enquanto tal, é, em boa medida, condicionado e determinado por ele, uma vez que *o reinado de Deus é O assunto da teologia cristã*.

**Prof. Dr. Pe. Francisco de Aquino Paulino*

Doutor em teologia pela Westfälischen Wilhelms-Universität
de Münster - Alemanha;

Presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte – Ce
Professor de teologia na Faculdade Católica de Fortaleza-FCF.